



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567961 - SC (2020/0072694-1)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : GUILHERME RICARDO REBELLO GENAUCK  
**ADVOGADO** : GUILHERME RICARDO REBELLO GENAUCK - SC031958  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ALEXANDRE EMILIO LEHMERT (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Alexandre Emilio Lehmert** – preso preventivamente pela prática, em tese, dos crimes de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo de uso permitido –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que indeferiu a liminar no *writ* ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 5006050-16.2020.8.24.0000), mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito do plantão judicial da comarca de Barra Velha/SC (Autos n. 5001628-14.2019.8.24.0006).

Aqui, o impetrante alega constrangimento ilegal na decretação e na manutenção da prisão cautelar imposta ao paciente, devendo ser observada a Recomendação n. 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça, a qual *exorta a soltura de presos preventivos que não tenham cometido supostos crimes com violência ou grave ameaça* (fl. 9), em razão da pandemia do "novo coronavírus".

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja revogada a prisão preventiva imposta ou substituída por medidas alternativas.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, entendo assistir razão à impetração, porquanto verifico inadequação na manutenção da prisão preventiva.

O Magistrado decretou a prisão preventiva com base nos seguintes fundamentos (fl. 136):

[...]

Com efeito, vejo que a materialidade encontra-se demonstrada no Boletim de Ocorrência de fls. 03/10 do Evento 01, Imagens de fls. 06/09, Mandado de cumprimento de ordem de Busca e Apreensão de fls. 11/12, Auto de Exibição e Apreensão de fls. 1, Laudo Provisório de Constatação de fls. 17 onde se identificou ter sido apreendida 140 gramas de maconha, 89 gramas de cocaína e 110 comprimidos de ecstasy. Não passa despercebido a expressiva quantidade e diversidade da droga atrelada ao feito, deveras significativa para a pequena Barra Velha, assim como a grande quantidade de dinheiro legítimo, sendo, pasmem,

praticamente metade dos quase R\$9.000,00 em notas contrafeitas. Os indícios de autoria, por sua vez, também estão bem delineados nos depoimentos colhidos dos Policiais Militares que efetuaram a prisão em flagrante do conduzido, cujos bens consigo apreendidos, dão o tom necessário à presença de indícios de autoria do embrionário tráfico de drogas. Cabe ressaltar, por relevante, que a quantidade e a diversidade de droga apreendida foi deveras significativa, sendo que tal apreensão demonstra o menoscabo do crime organizado com a atividade policial e com a Justiça. O entrevistado permaneceu em silêncio ao ser inquirido pela Autoridade Policial. No ponto, cabe mencionar que, a princípio, não restou demonstrado que o(s) imputado(s) tenha(m) atuado acobertado(s) pelas dirimentes da legítima defesa, do estado de necessidade, do estrito cumprimento do seu dever legal ou do exercício regular de um direito assegurado, consoante arts. 310, parágrafo único, do CPP e 23, I a III, do CP. No concernente ao terceiro requisito, assinalo que a prisão preventiva somente é cabível quando presente o perigo de liberdade, ante a insuficiência das medidas alternativas, conforme art. 282, § 6º, do CPP. A prisão é imprescindível para a garantia da ordem pública. A referida expressão diz respeito à preservação de uma situação de paz (sensação de segurança), necessária para a realização dos princípios fundamentais. Sobre o quarto requisito, por fim, assevero que a jurisdição deve ainda observar parâmetros de proporcionalidade, para afastar o excesso, entendido como a agressividade exacerbada aos direitos fundamentais da pessoa, e, ainda, evitar insuficiência, compreendida como a tutela ineficaz à garantia da persecução criminal, à preservação da paz pública e à tranquilidade dos demais integrantes da sociedade, que são titulares do direito fundamental à segurança pública. No caso concreto, constato a existência de equilíbrio entre os limites superior (excesso) e inferior (insuficiência), considerando que a prisão processual assegura a adequada e razoável repressão da criminalidade sem a destruição do núcleo essencial dos direitos fundamentais dos envolvidos.

[...]

Dito isso, verifica-se que, diferentemente do que sustenta o impetrante, o pronunciamento do Juízo *a quo* está amparado por circunstâncias concretas que evidenciam a necessidade da segregação cautelar do paciente, tendo em vista a menção à quantidade e natureza de drogas apreendidas (140 g de maconha, 89 g de cocaína, 110 comprimidos de *ecstasy*), além da quantia de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em espécie.

Segundo o entendimento assentado nesta Corte Superior, a quantidade, a variedade e a natureza da droga apreendida podem servir para o Magistrado reconhecer a gravidade concreta da ação e a dedicação do agente a atividades criminosas, elementos capazes de justificar a necessidade da custódia preventiva para a garantia da ordem pública (HC n. 466.654/PR, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 13/11/2018).

Em condições normais, os fundamentos declinados pelo Juízo de primeiro grau não autorizariam a concessão da medida de urgência, visto a razoável quantidade de droga e dinheiro supostamente relacionados à traficância.

Entretanto, não se pode olvidar que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 62/2020, em que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 - no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Dispõe o art. 4º da referida resolução (grifo nosso):

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada o estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

**c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;**

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Tratando-se de crime cometido sem violência, é preciso dar imediato cumprimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), devendo a custódia cautelar ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.

Ante o exposto, **defiro** o pedido liminar para, excepcionalmente e em cumprimento à Recomendação CNJ n. 62/2020, substituir a prisão cautelar imposta ao paciente por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Magistrado singular, que deverá fixar as condições e alertar o acusado de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Solicitem-se informações ao Juízo de piso sobre o andamento da ação penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator